

## Identitarismos, antirracismos e lugares de fala



Por DENNIS DE OLIVEIRA\*

*Lugar de fala é considerar que toda a fala é atravessada por aspectos sociais, econômicos, históricos dos seus sujeitos enunciadores*

Determinados fenômenos ganham mais repercussão em função das diversas análises do que por eles em si. Foi o caso do filme da Beyoncé, *Black is King*, produzido pelos estúdios Disney. O filme em si seria mais uma das megaproduções de um dos maiores oligopólios midiáticos se não fosse a repercussão da polêmica gerada pela [crítica da professora Lilia Schwartz](#) e as respostas em vários outros artigos, entre eles o de [Djamila Ribeiro, Aline Ramos, Aza Njeri](#) (que propõe uma leitura afrocentrada da produção de Beyoncé), entre várias outras. A repercussão continuou com um pedido de “desculpas” da própria Lilia Schwartz em seu Instagram no dia 4 de agosto. E, depois, Maria Rita Kehl volta a colocar o tema em pauta com o artigo publicado no site **A Terra é Redonda** intitulado *Lugar de cale-se* [<https://aterraeredonda.com.br/tag/maria-rita-kehl/>].

Boa parte do debate se centra na legitimidade de determinados sujeitos se posicionarem ante a discussão do combate ao racismo. Com o aumento da visibilidade desta agenda, particularmente após a repercussão do trágico assassinato do estadunidense George Floyd e a eclosão de diversos protestos antirracistas no mundo todo, muitas vozes – do campo político, acadêmico, cultural – passaram a se posicionar. Evidente que as divergências são muitas, mas o que mais incomoda é a incompreensão de determinados conceitos, principalmente quando eles são banalizados e esvaziados do seu sentido.

Wilson Gomes, professor da UFBA, defende a ideia que os conceitos têm uma determinada funcionalidade política, daí que [“falar de deturpação ou distorção do conceito por aqueles que o empregam faz pouco sentido, vez que dificilmente se pode separar significado de uso.”](#) Esta fala de Gomes é uma resposta a quem critica um suposto uso inadequado do conceito de lugar de fala. Para ele, o que importa é o sentido dado quando um determinado conceito se transforma em instrumento de luta e que, portanto, expressa uma funcionalidade ideológica.

Entretanto, o que está em jogo aqui não é uma funcionalidade conceitual, mas sim um processo político de deslocamento de uma agenda que ganha visibilidade: a agenda antirracista. E esse deslocamento opera no sentido de colocá-la fora de uma perspectiva histórica e política. Em outras palavras, o que se está discutindo aqui é uma *determinada perspectiva político-ideológica de tratar o problema do racismo*. As visões sobre o racismo e a luta contra o racismo são plurais. Como são plurais as visões sobre classes sociais, gêneros, capitalismo, socialismo. Tratá-las como um bloco monolítico não só deturpa conceitos, visões e olhares como também interdita debates mais aprofundados.

Este é o fundo das polêmicas. O principal problema: vincular diretamente a agenda antirracista a identitarismo. Existem visões identitaristas da agenda antirracista, mas não são as únicas. E boa parte delas foi construída justamente por segmentos hegemônicos.

Nancy Fraser, [em artigo publicado em 2018](#), fala do “neoliberalismo progressista”, uma articulação conservadora entre duas dimensões nas quais se exerce a hegemonia política – a da distribuição e do reconhecimento. Para Fraser, esse movimento do neoliberalismo progressista foi uma forma de construção de um bloco de poder nos Estados Unidos nos anos

# a terra é redonda

1980 em que, ao mesmo tempo que impunha um modelo econômico de concentração (portanto, não redistribuição de riquezas), combinava com o reconhecimento da diferença (de gênero, classe, etnia) dentro da perspectiva da meritocracia, valor caro ao *american way of life*. É com base nisso que ideias como “empoderamento”, “diversidade”, “ambientalismo”, entre outros passam a fazer parte do vocabulário não apenas político, mas da gestão de negócios.

No artigo intitulado “[Making differences matter: a new paradigm for managing diversity](#)”, David Thomas e Robin Ely, da Universidade Harvard, defendem que a promoção da diversidade nas empresas deve transcender a mera questão ética (a “imoralidade” dos preconceitos) para uma busca de qualidade na gestão. Os autores mostram que, a partir dos anos 1980/90, grupos sociais historicamente discriminados demonstram potencialidades de consumo pressionando para que a diversidade das corporações se transformasse em uma estratégia comercial. Em um segundo momento, o panorama da diversidade trouxe para dentro do ambiente corporativo o estoque informativo da diversidade cultural gerando novos desafios de gestão. Assim, a indiferença à diferença que, segundo os autores, teve certa importância como gestão da diversidade (“todos são iguais dentro deste ambiente corporativo”), já não cumpriria mais o papel, uma vez que os vínculos identitários dos sujeitos reverberam dentro do ambiente corporativo.

O que se percebe nessa articulação do reconhecimento com a não distribuição é o afastamento da perspectiva estrutural e histórica das construções das hierarquias, essencializando as classificações. É um pós-estruturalismo que, na prática, desloca o olhar estrutural para classificações mitificadas da chamada “diversidade”. E, decorrente disso, valores com profundo sentido ideológico, como “mérito”, “qualidade”, “eficiência”, se dogmatizam. O capital, como categoria histórica de um determinado modo de produção, também se essencializa e se espalha para tipologias como “capital humano”, “capital social”, entre outros.

O problema é que a crítica ao identitarismo e ao conceito de lugar de fala se faz apenas dentro dessa perspectiva ideológica.

Há algo subjacente a essa perspectiva da agenda da diversidade, que chamarei aqui, ainda *sob rascunho*, como diria Jacques Derrida, de “minorização estrutural”. Minorização não no sentido numérico, mas no conceito de *menoridade* de Kant: a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem uma direção alheia. As falas dos sujeitos pertencentes a esses “grupos minorizados” são deslegitimadas sem a validação de um *tutor*. A ruptura com a condição de *menoridade*, segundo Kant, se dá com a liberdade.

O mesmo Kant fala que entre a condição de menoridade (não esclarecido) e liberdade (esclarecido), há o momento de *esclarecimento*, um período intermédio no qual um chefe de Estado deve proporcionar um ambiente de liberdade que possibilite o pleno uso da razão esclarecedora por parte dos cidadãos.

O que se percebe, então, é uma enorme dificuldade de se colocar a agenda antirracista no centro do debate político e, mais ainda, deslocar os seus sujeitos – negras e negros – do lugar de *menoridade* (portanto, sem fala legitimada e, portanto, necessitada de uma tutoria externa) para de *esclarecido* (portanto, dotada de racionalidade e *reconhecida politicamente*).

Não se trata apenas de reconhecer o problema do racismo, mas das experiências e protagonismos dos sujeitos que lutam contra isso. O desconhecimento dessa experiência é nítido. Quando se confunde o conceito de lugar de fala com negação de fala; quando se considera todo o movimento negro como identitário; quando se acha que movimento negro é só o MNU (Movimento Negro Unificado) ou ainda quando se usa a expressão “precisa entender”.

Provavelmente os fundamentos raciais e de gênero do conhecimento que sustentam o padrão colonial de poder ajudem a explicar isso. Lugar de fala é considerar que toda a fala é atravessada por aspectos sociais, econômicos, históricos dos seus sujeitos enunciadores. Como afirma Foucault, o discurso é *o lugar do poder*.

Mas não se trata apenas de uma questão epistêmica. Essas hierarquias de falas sustentam uma sociedade na qual a maioria condena o racismo mas convive, mesmo 32 anos após a promulgação da *Constituição cidadã*, com forças de segurança que encarceram e assassinam jovens negros nas periferias a todo momento e com um Judiciário que é extremamente ágil para garantir o direito à propriedade quando este é questionado por ações de movimentos sociais, como o MST, mas é lento quando se trata de aplicar dispositivos legais de proteção a mulheres vítimas de violência doméstica ou negras e negros que sofrem casos de racismo.

A luta contra o racismo não é apenas identitária, é estrutural. Pois é nessa ambição que o Capital (aqui como sujeito do modo de produção capitalista) pisca, sorri e transgride o conceito de Marx, pagando a força de trabalho valores inferiores

# a terra é redonda

as suas necessidades de reprodução.

O Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos) calcula que o valor do salário mínimo para dar conta das necessidades básicas deveria ser superior a R\$4,3 mil - o que é considerado como renda de "classe média". O salário médio do trabalhador negro não chega nem a metade disso. Crianças negras são escravizadas na República do Congo para extraírem o coltan, matéria-prima das telas de cristal líquido dos celulares e outros dispositivos que usamos, inclusive, para ler este texto. Não se trata apenas de identidade

\***Dennis de Oliveira** é professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

Publicado originalmente no [Jornal da USP](#)